

XIII ENCONTRO DA ASG-PLP
SÃO TOMÉ, 24 A 26 DE SETEMBRO 2012
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011/2012
SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



O Relatório que agora se apresenta corresponde, grosso modo, ao período da 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, isto é, reflete a atividade parlamentar desenvolvida entre 20 de junho de 2011 e 25 de julho de 2012.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Após as eleições de 5 de junho, a 22 de junho de 2011, iniciou-se a XII Legislatura, cuja 1.^a Sessão terminou há poucos dias.

Esta Sessão, com uma nova maioria parlamentar e uma nova Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves - pela primeira vez, na história do parlamentarismo português, uma mulher exerce o cargo de Presidente do Parlamento - trouxe algumas novidades, umas condicionadas pelo contexto da crise económica e financeira existente, outras pelas novas orientações políticas e de gestão implementadas.

Assim, podemos referir genericamente que a atividade legislativa da 1ª Sessão Legislativa ficou marcada pela aprovação de diversas leis que foram a concretização de diversos pontos do Memorando de Entendimento de Portugal com a Troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia). Foi mesmo criada uma Comissão Eventual para acompanhamento da aplicação deste Memorando.

Por isso mesmo viveu-se a situação inédita de a interrupção de atividade do Plenário ter ocorrido apenas entre 10 e 25 de agosto de 2011.

Foram aprovadas, entre outras, novas versões do Código do Trabalho e da Lei das Rendas, para referir as mais discutidas. Foi também aprovada uma nova organização do território, que está a ser implementada neste momento, com vista a reduzir encargos ao nível da administração local.

Mas também a própria Lei do Orçamento de Estado para 2012 ficou marcada pelas medidas de austeridade impostas nesse Memorando, medidas estas muito duras para a Administração Pública, designadamente o corte dos subsídios de férias e de Natal deste ano.

Foi ainda possível notar um aumento do número de Resoluções aprovadas. Esta situação explica-se pela vontade de, não legislando diretamente, o Parlamento continuar a emitir sinais de vontade política em certas áreas. São disso exemplo Resoluções sobre áreas mais comuns como ambiente, agricultura, mas também economia e finanças, sobre agências de *rating* e o imposto municipal de imóveis (esta última resultado de uma petição).

Todo este quadro é coerente com um elevado número de atividades de fiscalização política, verificado estatisticamente mais à frente, e que resulta, de forma mais visível, na mediatização da ida de membros do Governo ao plenário, mas especialmente às Comissões.

Vivendo Portugal neste contexto de crise, a vontade do Parlamento estar mais próximo dos cidadãos acentuou-se, pelo que assistimos a um elevado conjunto de

atividades que, sem custos significativos, trouxeram novos personagens à Assembleia da República, por outro lado, órgãos do Parlamento saíram do Palácio de São Bento.

São exemplos dessas atividades na Assembleia da República o encerramento das Comemorações do Centenário da República, o Dia Mundial dos Refugiados, a homenagem ao Voluntariado, o Dia Nelson Mandela ou a apresentação de peças de teatro, como a de um grupo de reclusas de uma prisão do Norte do País, chamando a atenção para a reintegração social pela arte.

Também as atividades culturais no Palácio de São Bento se mantiveram, como a homenagem à classificação do Fado como Património da Humanidade ou a Zeca Afonso, por ocasião dos 30 anos da sua morte.

No domínio da aproximação ao cidadão, refira-se a novidade que tem constituído a dinamização, por Deputados de diversos círculos eleitorais, de mostras da atividade cultural, económica e até gastronómica das suas regiões. Desde o Algarve ao Minho, já foram organizados, desde janeiro de 2012, mais de 17 eventos. Esta é a resposta ativa dos Deputados a um desafio que a Presidente Maria da Assunção Esteves lhes colocou no início de 2012.

Além do que é organizado na Assembleia da República, o contacto com os cidadãos também se concretizou nas habituais saídas das Comissões Parlamentares, desta vez com a novidade de fazerem reuniões formais fora de Lisboa, procurando receber dos locais visitados novos contributos para as atividades legislativa e de fiscalização política.

Ainda neste domínio, estão ser feitos os formalismos definitivos para o Canal Parlamento integrar o pacote de canais distribuídos pela nova TDT (Televisão Digital Terrestre). Este investimento vai significar a presença do nosso Canal em todas as casas do país, mesmo as que não têm sinal televisivo por cabo.

Estimando-se que cerca de 3 milhões de portugueses não têm televisão por cabo e que apenas acedem à televisão pela nova TDT e que o Canal Parlamento será o 5º canal nessa plataforma, é evidente o aumento esperado de cidadãos – especialmente

nas zonas do interior – que passarão a acompanhar de forma direta os trabalhos parlamentares mais relevantes.

Ao nível da atividade internacional deve referir-se a relevância política da visita dos Presidentes da República de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, bem como a do Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão.

Mantendo toda a atividade de participação em reuniões internacionais, foi criado um novo sistema de autorização de deslocações ao estrangeiro, que resultou numa maior responsabilização dos Presidentes das delegações parlamentares, com a atribuição a estes da respetiva gestão do orçamento anual, com o acompanhamento por parte do Conselho de Administração. Tal medida tem constituído um sucesso, reduzindo incertezas quanto às autorizações da Presidência e melhorando circuitos, com a conseqüente redução de custos, dado que se tem conseguido obter valores médios de bilhetes mais baixos que anteriormente.

A não redução da atividade internacional teve reflexos diretos na eleição da Presidente da Assembleia da República para a Mesa Diretiva da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo e de outros Deputados para cargos de direção e coordenação nas diversas organizações parlamentares internacionais de que a Assembleia da República faz parte.

Deve ainda realçar-se que, ao nível da Cooperação, pese embora este contexto de crise, tem sido evidente o esforço para manter os níveis orçamentais, assistindo-se mesmo a um aumento do número de ações bilaterais executadas, sendo esta área apoiada politicamente pela Presidente Maria da Assunção Esteves.

Finalmente, assinala-se a entrada em funções, no dia 19 de junho, do novo Secretário-Geral da Assembleia da República, Dr. João Cabral Tavares, Procurador-geral Adjunto, a partir dessa altura membro, por inerência, da Associação de Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

II. ATIVIDADE LEGISLATIVA E PARLAMENTAR

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e eletiva de outros órgãos.

Apresentam-se assim, os trabalhos desenvolvidos durante a 1ª Sessão Legislativa da atual Legislatura:

Tipo de Reunião		Nº Reuniões	
Plenárias	Ordinárias	135	136
	Solenes	1	
Comissão Permanente		0	
Conferência de Líderes		35	
Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares		13	
Conselho de Administração		41	

No período em análise realizaram-se 135 sessões plenárias ordinárias e uma sessão plenária solene que decorreu no âmbito das comemorações do 25 de abril. Igualmente no âmbito da atividade parlamentar corrente tiveram lugar 35 Conferências de Líderes e 13 Conferências dos Presidentes das Comissões Parlamentares. O Conselho de Administração reuniu 41 vezes.

No âmbito das iniciativas legislativas, deram entrada na Mesa da Assembleia da República 276 Projetos de Lei, 85 Propostas de Lei, 43 Propostas de Resolução e 447 Projetos de Resolução.

Todas as Propostas de Resolução, de iniciativa governamental, visaram aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais.

Na 1ª Sessão Legislativa da XII legislatura foram aprovadas 64 Leis e 155 Resoluções.

Na tabela seguinte discriminam-se as iniciativas legislativas, por grupo parlamentar autor e respetivo processo legislativo, e que originaram Lei.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete do Secretário-Geral

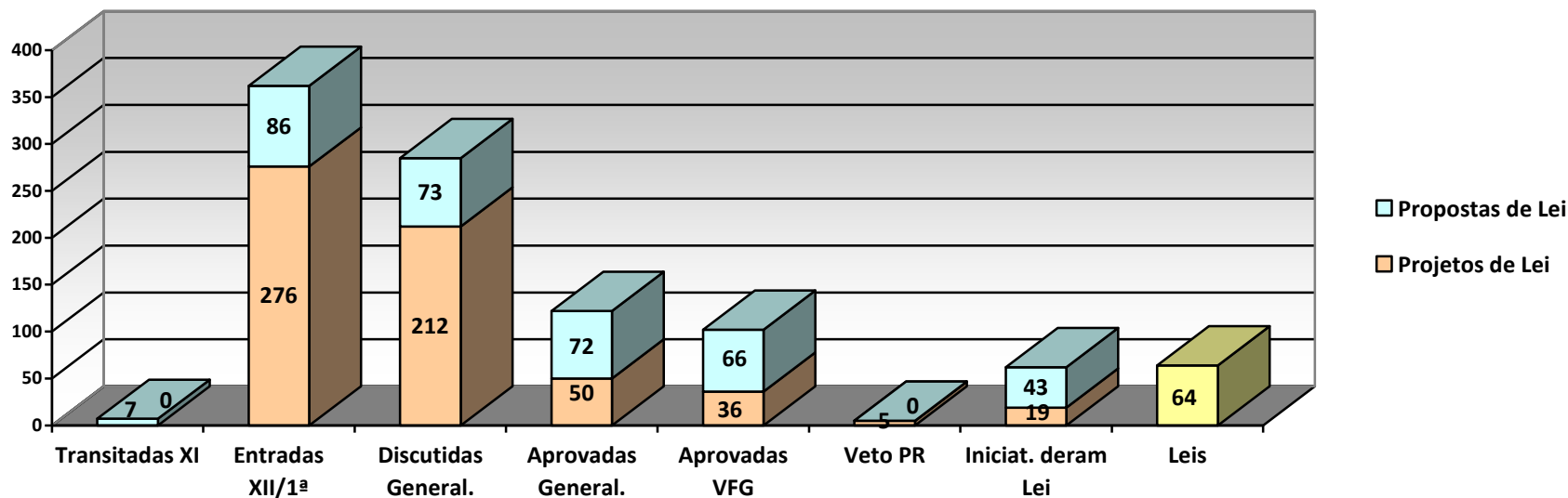
19.Setembro

Projetos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Transitadas XI	Entradas XII/1ª	Discutidas Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Enviadas para Promulgação	Veto PR	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projetos de Lei	PSD	0	10	8	4	0	4	4	0	4	64
	PSD/PS	0	1	1	1	0	1	1	1	0	
	PSD/PS/CDS-PP	0	2	2	2	0	2	2	0	1	
	PSD/CDS-PP	0	5	5	5	0	4	4	1	2	
	PS	0	42	40	17	13	8	5	0	4	
	CDS-PP	0	11	9	5	1	5	3	0	3	
	PCP	0	82	54	5	46	4	2	1	1	
	BE	0	101	75	8	59	6	5	2	3	
	PEV	0	19	17	1	14	0	0	0	0	
	Todos	0	2	1	2	0	2	1	0	1	
	Iniciativa Legislativa Cidadãos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Total	0	276	212	50	133	36	27	5	19		
Propostas de Lei	Governo	0	79	72	71	0	65	47	0	42	
	ALRA Açores	1	3	0	1	0	1	1	0	1	
	ALRA Madeira	6	4	1	0	1	0	0	0	0	
	Total	7	86	73	72	1	66	48	0	43	
Total	7	362	285	122	134	102	75	5	62		



Projetos e Propostas de Lei



O gráfico acima espelha as iniciativas legislativas entradas sendo que a azul correspondem as Propostas de Lei (de iniciativa do Governo) e a laranja os Projetos de Lei (de iniciativa dos deputados). A coluna amarela refere-se às Leis aprovadas e publicadas durante esta 1ª Sessão Legislativa. O Bloco de Esquerda foi o Partido que apresentou mais Projetos de Lei (101), seguido pelo Partido Comunista (82) e depois pelo Partido Socialista (42). O Governo apresentou 79 Propostas de Lei. Foram aprovadas 64 Leis.

Na 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura estiveram em funcionamento **12**

Comissões Permanentes, número fixado no início da Legislatura:

- 1ª – “Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2ª – “Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas”;
- 3ª – “Defesa Nacional”;
- 4ª – “Assuntos Europeus”;
- 5ª – “Orçamento, Finanças e Administração Pública”;
- 6ª – “Economia e Obras Públicas”;
- 7ª – “Agricultura e Mar”;
- 8ª – “Educação, Ciência e Cultura”
- 9ª – “Saúde”;
- 10ª – “Segurança Social e Trabalho”;
- 11ª – “Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local”;
- 12ª – “Ética, Cidadania e Comunicação”.

A tabela seguinte apresenta o número de reuniões ordinárias e extraordinárias que cada Comissão Parlamentar Permanente realizou até finais de agosto:

Comissão	Nº Reuniões
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	91
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	56
Defesa Nacional	58
Assuntos Europeus	69
Orçamento, Finanças e Administração Pública	95
Economia e Obras Públicas	85
Agricultura e Mar	71
Educação, Ciência e Cultura	141
Saúde	58
Segurança Social e Trabalho	79
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	64
Ética, Cidadania e Comunicação	68
Total	935

De salientar, que para além das reuniões acima referidas, as Comissões levam a efeito outro tipo de reuniões, nomeadamente, da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares e reuniões no exterior, que atingem um número expressivo (86).

No âmbito da sua atividade, as Comissões realizaram também audições, audiências, visitas e ainda reuniões de grupos de trabalho. Neste contexto merece particular referência as audições realizadas:

Comissão	Nº Reuniões
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	52
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	19
Defesa Nacional	34
Assuntos Europeus	44
Orçamento, Finanças e Administração Pública	92
Economia e Obras Públicas	67
Agricultura e Mar	40
Educação, Ciência e Cultura	92
Saúde	29
Segurança Social e Trabalho	41
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	44
Ética, Cidadania e Comunicação	45
Total	599

Sedimentando uma política de transparência e de aproximação ao cidadão, as audições em Comissão, foram ganhando uma importância crescente nos trabalhos das Comissões, não só permitindo à sociedade civil um acompanhamento mais profundo das matérias que irão regular *a posteriori* o seu dia-a-dia, via transmissão pelo Canal Parlamento e/ou Internet, mas também dotando o legislador de mais ferramentas para melhor legislar.

Entre as audições efetuadas, estão contempladas as de carácter obrigatório aos ministros, os quais devem ser ouvidos em audição pelas respetivas Comissões Parlamentares, em função da matéria, pelo menos quatro vezes por cada sessão legislativa, nos termos regimentais.

Por outro lado, acautelando sobretudo **os direitos da oposição, pode cada Grupo Parlamentar, também por sessão legislativa, requerer potestativamente a presença de membros do Governo**, bem como de dirigentes, funcionários e contratados da administração indireta do Estado e do seu setor empresarial (v. quadro abaixo):

	Grupos Parlamentares e número de Deputados					
	PEV – 2 Deputados	BE – 8 Deputados	PCP – 14 Deputados	CDS-PP – 24 Deputados	PS – 74 Deputados	PSD – 108 Deputados
Até 5 Deputados – 1	X					
Até 10 Deputados – 2		X				
Até 15 Deputados – 3			X			
Até 1/5 do n.º de Deputados – 4				X		
1/5 ou + do n.º de Deputados – 5					X	X

Total: 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 5 = 20 Agendamentos Potestativos possíveis

Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito

Na Sessão Legislativa aqui em análise foram constituídas quatro Comissões Eventuais, entre as quais duas Comissões de Inquérito:

- **Comissão de Verificação de Poderes** – criada na primeira sessão plenária sendo que se extingue imediatamente após o reinício dos trabalhos parlamentares;

- **Comissão Eventual de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal** – constituída com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas e o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal, a qual funcionará durante a vigência desse programa. É constituída por 21 Deputados efetivos (e igual número de suplentes), repartidos da seguinte forma: 10 Deputados do PSD, 7 Deputados do PS, 2 Deputados do CDS-PP, 1 Deputado do PCP e 1 Deputado do BE.

Com o objetivo de promover o debate e a troca de ideias e conhecimentos bem como a análise do programa de assistência financeira no quadro da crise das dívidas

soberanas e da evolução do euro, a concretização deste mesmo programa e o respetivo impacto na economia portuguesa, a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal **realizou um seminário, aberto ao público**, subordinado ao tema “**Um Ano de Programa de Assistência Financeira – Balanço e Perspetivas**”. Este seminário centrou-se no desenvolvimento do Programa de Assistência Financeira no seu impacto ao nível nacional, bem como no enquadramento europeu e internacional que o influencia.

- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A.** – Entre outros objetivos esta Comissão Eventual Inquérito deve: averiguar a dimensão de recursos públicos atribuídos ao Banco Português de Negócios, S. A., e às respetivas empresas veículo, nos processos de nacionalização, reestruturação e reprivatização, bem como antecedentes estruturais ou conjunturais relevantes para essas operações. É constituída por 17 Deputados efetivos (7-PSD, 5-PS, 2-CDS-PP, 1-PCP, 1-BE e 1-PEV) e 8 Deputados suplentes (2-PSD, 2-PS, 1-CDS-PP, 1-PCP, 1-BE e 1-PEV).

- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Setor Rodoviário e Ferroviário** – Constituída na sequência do pedido de inquérito parlamentar subscrito por todas as forças políticas com representação parlamentar, esta Comissão Eventual de Inquérito **visa avaliar o impacto para o Estado da contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do sector rodoviário e ferroviário**. Esta Comissão tem por objeto avaliar os seguintes aspetos essenciais, conforme Resolução da Assembleia da República nº 55/2012 aprovada em 13 de abril: 1 — Condicionamento do âmbito de atuação das comissões de negociação, através da fixação de objetivos do processo negocial em diversos acordos intercalares assinados entre o Estado e as concessionárias, incluindo a necessidade de definição de uma solução global para um conjunto de concessionárias e da redução ou eliminação de todos os processos de reequilíbrio financeiro pendentes. 2 — Impacto do processo de renegociação dos contratos de concessão sobre a taxa interna de rentabilidade acionista real, em cada

caso. 3 — Consequência da transferência para o Estado de riscos alocados às concessionárias nos termos dos contratos de concessão originais, onde se incluem o risco de tráfego e o risco de agravamento da carga fiscal. 4 — Termos dos acordos de reposição do equilíbrio financeiro celebrado entre o Estado e as concessionárias e atribuição de outras compensações e contrapartidas a favor das mesmas. 5 — Montantes e termos dos contratos com as entidades contratadas para assessorar a elaboração e renegociação das parcerias.

Reuniões e Audições por Comissão Eventual:

Comissões		Nº Reuniões	Nº Audições
Eventuais	Verificação de Poderes dos Deputados	3	0
	Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal	33	16
Eventuais de Inquérito	Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A.	25	30
	Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário	23	12
Total		84	58

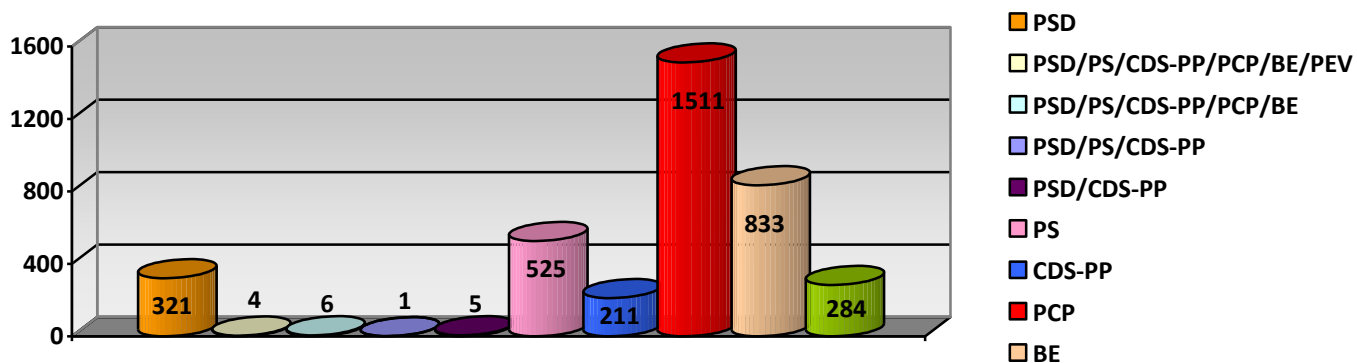
No âmbito da **atividade de orientação e fiscalização política da AR**, refira-se ainda a apresentação de **uma Moção de Censura** ao Governo, a qual foi rejeitada. Esta iniciativa foi apresentada, nos termos do artigo 194º da Constituição, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista.

Nesta 1ª Sessão Legislativa tiveram lugar **47 Debates em Plenário**, distribuídos de acordo com a tipologia prevista no Regimento e conforme a tabela que se apresenta:

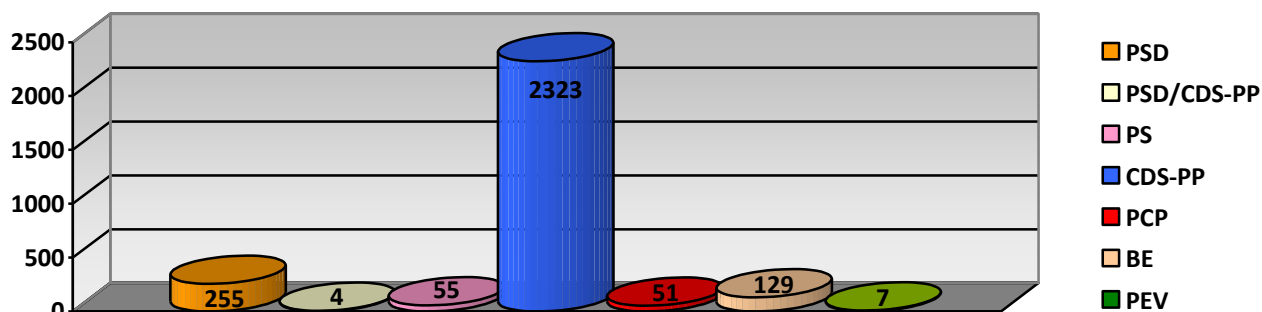
Debates		Total
Debate com o Governo	Debate do Estado da Nação	1
	Debate Quinzenal com 1º Ministro	17
	Debate com os Ministros	0
Outros Debates	Debate de Atualidade	10
	Debate de Urgência	6
	Debate Político Potestativo	3
	Debate Temático	2
	Declaração do Governo	4
	Processos Contas Públicas (Orientação Política Orçamental, Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento)	1
	Participação de Portugal na União Europeia	3
Total		47

Foram formuladas, pelos diversos Grupos Parlamentares, 3.701 **Perguntas** e 2.824 **Requerimentos ao Governo**. O Grupo Parlamentar do PCP foi quem dirigiu mais Perguntas ao Governo e o Grupo Parlamentar do CDS-PP foi quem efetuou mais Requerimentos, conforme espelham os gráficos abaixo:

Perguntas Formuladas na XII/1ª



Requerimentos Formulados na XII/1ª



III. ATIVIDADE INTERNACIONAL

No âmbito dos programas de atividade das organizações parlamentares internacionais onde a Assembleia da República está representada, os Deputados portugueses que integram as respetivas delegações parlamentares participaram em diversas reuniões conforme espelha o quadro seguinte.

Atividades das Delegações Parlamentares da Assembleia da Republica às Organizações Parlamentares Internacionais

Organização	Nº Reuniões	Nº Presenças Deputados AR
Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)	24	58
Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE)	12	32
Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)	2	6
Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)	42	50
Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)	3	10
Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)	14	15
União Interparlamentar (UIP)	9	26
Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA)	1	5
Total	107	202

Destacam-se, de seguida, alguns dos aspetos mais relevantes das atividades desenvolvidas pelos Deputados portugueses no contexto da diplomacia parlamentar:

– **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)**

Refira-se a eleição do Deputado Correia de Jesus (PSD) para Vice-Presidente do Grupo Especial do Mediterrâneo e Médio Oriente, na reunião do GSM que teve lugar em novembro de 2011, no Djibuti.

O Deputado Miranda Calha (PS), eleito Vice-Presidente da APNATO na 57ª Sessão Anual, que teve lugar em Bucareste em outubro de 2011. Na mesma sessão anual foram reeleitos para as Vice-Presidências da Comissão Política, da Comissão de Defesa e Segurança, e da Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental, respetivamente os Senhores Deputados José Lello (PS), Miranda Calha (PS) e Luísa Salgueiro (PS).

– **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE)**

A Deputada Isabel Santos (PS) foi eleita **Vice-Presidente da Comissão para a Democracia, Direitos Humanos e Questões Humanitárias** para um mandato de um ano. Esta eleição teve lugar durante a 21ª sessão anual plenária desta Organização (5-9 de julho de 2012).

O Deputado João Soares (PS), Vice-Presidente da Delegação Portuguesa e Presidente Emeritus da AP OSCE, **chefiou a missão internacional de observadores às eleições legislativas do Cazaquistão**, que decorreram no dia 15 de janeiro de 2012.

– **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)**

Realizou-se nos dias 8 e 9 de maio de 2012, na Assembleia da República, a **Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e Preparatória da IV Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)**.

Nesta reunião participaram representantes dos Paramentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



A reunião foi presidida pelo Senhor Deputado Estanislau Aleixo da Silva, Presidente do Grupo Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste e a sessão de abertura contou com a presença de Sua Excelência o Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal, Deputado Guilherme Silva que proferiu a intervenção de boas-vindas.

A agenda dos trabalhos teve como objetivo principal a discussão e análise dos temas relativos à composição das Comissões Especializadas Permanentes e respetivos planos de atividades, ao grupo de trabalho para a alteração do Estatuto e do Regimento da AP-CPLP, ao Protocolo Interinstitucional, às Missões de Observação Eleitoral, ao portal da AP, à sede fixa, secretariado e quotização e, à data, local e agenda da IV Assembleia Parlamentar.

As Delegações foram recebidas em audiência por Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves. No decurso da reunião foi ainda, aprovada uma Moção sobre a situação da Guiné-Bissau, na sequência do golpe militar ocorrido em abril deste ano.



– **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**

O ex-Presidente da Assembleia da República e Presidente da Delegação Portuguesa, **Deputado Mota Amaral** (PSD), foi eleito **Vice-Presidente da APCE**, em representação de Portugal, durante a Sessão Plenária de Outubro de 2011.

O **Deputado José Mendes Bota** (PSD) foi designado **Relator-Geral para as Questões da Violência Contra as Mulheres**.

– **Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)**

A Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), Presidente da Delegação Portuguesa, foi **reeleita Relatora da 3ª Comissão Permanente sobre Diálogo entre as Civilizações e Direitos do Homem** no decurso da sessão plenária que se realizou a 27 e 28 de **outubro de 2011**, em Palermo. No âmbito dos trabalhos desta Comissão elaborou um relatório para o Grupo Especial de Trabalho para o Género e Paridade sobre o tema da Educação.

A Assembleia da República acolheu, em parceria com a AICEP Portugal Global, uma reunião da APM sobre **comércio externo e investimentos na região mediterrânica que decorreu a 29 de junho de 2012 no Palácio de S. Bento**. Esta iniciativa da 2.ª Comissão Permanente da APM visou promover a cooperação económica, social e ambiental entre os países da região mediterrânica e teve como tema “Para um Desenvolvimento Económico Sustentável na Região Mediterrânica”.

– **Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)**

Realizou-se a 8ª Reunião Plenária em Rabat, na qual a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, foi eleita por unanimidade para o Bureau da AP-UpM, para um mandato de quatro anos - de 2012 a 2016. Destaca-se ainda a realização de duas reuniões da Reunião da Comissão Promoção Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura, sob a presidência da Assembleia da República, uma em Bruxelas, em outubro de 2011, e uma segunda em Lisboa em janeiro de 2012. Para além destas reuniões, a Delegação da AR à AP-UpM participou ainda em várias reuniões de Comissões desta organização parlamentar.

– União Interparlamentar (UIP)

Destaca-se a participação da Delegação na 126ª Assembleia da União Interparlamentar em Kampala e a eleição do Deputado Duarte Pacheco (PSD) como Auditor Interno desta organização e a nomeação da Deputada Rosa Maria Albernaz (PS) para copresidir ao Grupo de Facilitadores para a Questão do Chipre. Para além da sessão plenária, a Delegação portuguesa participou ainda em várias reuniões organizadas sob a égide da UIP.

As visitas de entidades estrangeiras à Assembleia da República refletem uma diplomacia parlamentar ativa que se crê essencial à atividade de qualquer instituição parlamentar no atual contexto internacional.

Visitas de entidades estrangeiras à Assembleia da República

Tipo de Atividade	Nº Atividades
Visitas de Presidentes de Parlamentos	2
Visitas de Delegações Estrangeiras	36
Total	39

Visitas de Presidentes de Parlamentos

- Em janeiro do corrente ano, o Presidente do Bundestag da República Federal da Alemanha, Norbert Lammert efetuou uma visita à Assembleia da República.
- De 14 a 18 de maio, uma Delegação Parlamentar do Kosovo fez uma visita de Estudo a Portugal. O Presidente da Assembleia Nacional, Jakub Krasniqi chefiou a Delegação e foi recebido pela Presidente da Assembleia da República.

Cerimónias de Boas Vindas

Cerimónias	Entidades	Nº Atividades
Boas Vindas	Chefes de Estado	5
	Presidentes de Parlamentos	3
	Chefes de Governo	1

Das cerimónias de boas vindas realizadas na 1ª sessão legislativa da XII Legislatura destacam-se:

- **Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca – 12 de junho de 2012**



- **Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa – 26 de julho de 2012**



- **Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Xanana Gusmão – 27 de setembro de 2011**



IV. A RELAÇÃO COM OS CIDADÃOS

➤ **Mostras regionais**

Tal como referido na Nota Introdutória, os Deputados responderam muito positivamente a um apelo da Presidente da Assembleia da República no sentido de dinamizarem, nas instalações do Parlamento, mostras da atividade cultural, económica e até gastronómica das suas regiões. No período em análise tiveram lugar 12 iniciativas representativas de 10 distritos diferentes. Essas mostras permitiram transportar para os corredores do Parlamento um pouco de cada região portuguesa, de Bragança a Faro.

➤ **Visitas à Assembleia da República**

Na continuidade do princípio de aproximação aos cidadãos, o Parlamento português acolhe grupos organizados aos quais proporciona visitas guiadas adequando-as às características desses mesmos grupos. No decorrer da 1ª sessão legislativa realizaram-se 420 visitas que correspondem a cerca de 26.813 pessoas que estiveram no Palácio de S. Bento.

➤ **Portal Internet**

Paralelamente com as habituais ações desenvolvidas quotidianamente no portal parlamentar, tais como a disponibilização de novos conteúdos, de destaques e da *newsletter*, investiu-se particularmente em projetos específicos decorrentes do encerramento da XI Legislatura e abertura da XII Legislatura. Neste contexto, foram encerrados os sítios *Internet* da PAR e das Comissões Parlamentares e abertas outras estruturas *web* para acolher a nova Presidência e as novas Comissões criadas na XII Legislatura. Para além destas intervenções técnicas, disponibilizaram-se conteúdos associados às estruturas já referidas, nos portais em português, inglês e francês.

Adaptaram-se os conteúdos disponibilizados na ortografia antiga de modo a obedecerem às regras do novo acordo ortográfico.

O item “Assuntos Europeus” sofreu algumas alterações estruturais e foram disponibilizadas novas matérias. Na área das Comissões Parlamentares salienta-se a disponibilização da estrutura que permite a publicação das “InfoComissões”, a serem disponibilizadas periodicamente pelas Comissões, dando maior visibilidade a estes órgãos parlamentares.

Efetuiu-se a análise, desenvolvimento e implementação de dois sítios *Internet*, um para acolher conteúdos da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e outro dedicado ao 3.º Encontro de Tradutores da Administração Pública, que se irá realizar na AR, em maio.

No período aqui retratado, o *site* do Parlamento português teve, em média, 186.000 visitas por mês.

➤ **Eventos na Assembleia da República**

Encerramento das Comemorações do Centenário República

A Assembleia da República assinalou o **encerramento das Comemorações do Centenário da República através da realização, no dia 19 de outubro, de uma Tertúlia no Café Martinho da Arcada** (referido no item iniciativas no exterior) e, **no dia 20 de outubro, de uma cerimónia que incluiu uma sessão plenária dedicada ao tema.**



No final da reunião plenária, a Presidente da Assembleia da República inaugurou,



na Sala dos Passos Perdidos, a exposição *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, comissariada pelo Prof. Jorge Miranda.

Na Biblioteca, foram lançados os livros *Constituição de 1911. Comentário de Marnoco e Sousa* (reedição da Imprensa Nacional), com apresentação do Prof. Gomes Canotilho, e *Da virtude e fortuna da República ao republicanismo pós-nacional* (edição da Caleidoscópio), com apresentação do Bispo do Porto, D. Manuel Clemente. Teve ainda lugar a cerimónia de doação à Assembleia da República da obra *Paisagem – Bandeira Portuguesa* do Pintor Nikias Skapinakis. A entrega do diploma do Prémio “O Parlamento e a República” (edição 2010) ao Dr. Bruno Navarro encerrou o programa.

No decorrer da 1ª sessão legislativa a Assembleia da República promoveu um conjunto de iniciativas que, por um lado, **visaram a promoção da cultura portuguesa e, por outro lado, inseriram-se na estratégia do Parlamento português de aproximação ao cidadão.**

Neste sentido, a Assembleia da República não quis deixar de se associar ao **reconhecimento do Fado como Património Cultural Imaterial da Humanidade**. Aqui fica registada a mensagem da Senhora Presidente, Maria da Assunção Esteves:

Reconhecimento do Fado como Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO)

O Parlamento partilha com os cidadãos portugueses a alegria de ver o Fado reconhecido como Património Cultural Imaterial da Humanidade. No Fado se cantam

os nossos poetas e a nossa cultura de universalismo e diáspora, mas, sobretudo, a condição de todos, que é a condição de uma comum humanidade.

Maria da Assunção Esteves
Presidente da Assembleia da República
29 de novembro de 2011



Sessão de Fados MEIA HORA DE OURO

Também por ocasião da classificação do Fado como património imaterial da humanidade pela UNESCO, e por iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, realizou-se na Assembleia da República uma homenagem ao Fado e aos Fadistas.



Esta sessão teve lugar no dia 7 de dezembro de 2011 no Salão Nobre da Assembleia da República. Nela atuou o fadista Carlos do Carmo acompanhado pelos seus músicos.



“Voluntariado: O Mundo chama por todos”

A Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, os Grupos Parlamentares e a Comissão Parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação promoveram um encontro entre voluntários e deputados, no dia **6 de dezembro de 2011, na Biblioteca da Assembleia da República, celebrando o Ano Europeu do Voluntariado.**



Com este encontro – intitulado “Voluntariado: o mundo chama por todos” – pretendeu-se recolher testemunhos de vida e experiências de cidadania ativa, bem como promover uma reflexão conjunta sobre o papel político da sociedade e o método de partilha de responsabilidades entre cidadãos e instituições. O encontro contou com a presença de voluntários e instituições de várias zonas do país e de diferentes áreas de ação: educação, saúde, ação social e comunitária, associativismo, cidadania, entre outras.

Comemorações do Dia Mundial do Refugiado – 20 de junho

Este ano, pela primeira vez, as comemorações do Dia Mundial do Refugiado decorreram no Parlamento, numa organização conjunta com o Conselho Português para os Refugiados.

A Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, e a Presidente do Centro Português para os Refugiados, Teresa Tito de Morais, presidiram

a uma sessão especial, que teve lugar no Salão Nobre, com testemunhos de refugiados do Bangladesh, Eritreia, Guiné-Conacri, Irão, Libéria, Myanmar e Serra Leoa.

O programa das comemorações incluiu ainda um Sarau Cultural com a apresentação da peça *Abrigo*, pelo Teatro Amador RefugiActo, e a atuação musical da Orquestra TODOS.



Na Sala dos Passos Perdidos esteve patente, até ao final do mês de junho, uma exposição de fotografia sobre o tema, tendo ainda sido exibidos vídeos com testemunhos de refugiados, além da mensagem da embaixadora do Alto Comissário para os Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), Angelina Jolie.

“Dia Internacional Nelson Mandela – Tributo na Assembleia da República”

Por iniciativa da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizou-se na Assembleia da República um evento comemorativo do Dia Internacional Nelson Mandela, como forma de assinalar o dia **18 de julho** - “Dia Internacional Nelson Mandela - Pela Liberdade, Justiça e Democracia”.



Peça de teatro “Inesquecível Emília” – reclusas do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo

A Assembleia da República apresentou, a 12 de julho, a **peça de teatro *Inesquecível Emília***, interpretada por 15 reclusas do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo. A peça é uma iniciativa da PELE – Espaço de Contacto Social e Cultural, desenvolvida com as reclusas de Santa Cruz do Bispo, e foi exibida pela primeira vez fora do meio prisional.



➤ **Iniciativas no exterior**

Exposição Itinerante - “Assembleia da República – Breve História do Parlamentarismo”

A exposição “Assembleia da República - Breve História do Parlamentarismo” foi pensada e gerada pelo Museu da Assembleia da República em colaboração com o Centro Português de Vigo – Casa das Artes (instituição de cariz cultural lusitano sediado naquela cidade da Galiza), no âmbito da comemoração dos 75 anos dessa entidade, cuja inauguração decorreu em março de 2002.

A exposição é constituída por 25 painéis amovíveis, policromos, preenchidos com textos e fotografias, em que é apresentada de forma resumida a história do Palácio de S. Bento, desde a sua fundação como mosteiro



beneditino no início do séc. XVI até aos nossos dias, a par com a evolução do parlamentarismo no nosso país e dos diversos regimes político-constitucionais que o caracterizaram, das origens à atualidade.

A sua feitura teve como objetivo a divulgação do Parlamento, abrangendo os aspetos históricos e políticos assim como patrimoniais, sendo portanto uma mostra expositiva de natureza itinerante, e nessa condição já percorreu ao longo de 10 anos inúmeros municípios, enumerando-se ao longo desta sessão legislativa que ora termina Ourique, Fátima, Guarda, Almeida, Fundão e Macedo de Cavaleiros, localidade onde se encontra de momento.

V. COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Conforme referido na Nota Introdutória deste relatório, apesar das atuais restrições orçamentais vividas, a Assembleia da República manteve uma cooperação bilateral ativa. Procurou cumprir os objetivos dos diferentes programas de cooperação pretendendo ir ao encontro das reais necessidades dos parlamentos e efetuando adaptações sempre que considerado útil pelas Partes.

Tipo de Atividade	Nº Atividades
Programas de Cooperação	2
Encontros Interparlamentares	4
Assistência Técnica e Material	18
Assistência Técnica Longa Duração (+ 3 meses)	8
Formação/Estágios	26
Outros	8
Total	66

Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV)

Destaca-se a visita de estudo de uma Delegação da Comissão Especializada da Reforma do Parlamento de Cabo Verde, realizada em dezembro de 2011, na qual foram abordados os diversos aspetos relacionados com as reformas e alterações introduzidas pela Assembleia da República, tendo em vista a apresentação de propostas de reforma da ANCV, baseadas na recolha de informação e de soluções encontradas em experiências de Parlamntos congéneres.



Refira-se também a visita de trabalho do Secretário-Geral, Adalberto de Oliveira Mendes, durante a qual teve lugar a **Avaliação Final do Programa de Cooperação 2009-2011, cuja taxa de execução atingiu os 92%**, e a assinatura do **novo Programa de Cooperação 2012-2014, atualmente em vigor**.



Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB)

Das relações bilaterais desenvolvidas com a ANPGB salienta-se a deslocação de uma missão da Assembleia da República a Bissau, em dezembro de 2011, com o objetivo de validar o relatório de **avaliação final relativo ao Programa de Cooperação Parlamentar 2009-2011**, e de **assinar o Programa de Cooperação Parlamentar para 2012-2014**.

Em julho de 2011, após o Encontro Interparlamentar de Quadros das áreas de relações internacionais, relações públicas e protocolo, o Diretor de Serviços de Relações Públicas e Internacionais da ANPGB realizou um estágio na Assembleia da República, com o objetivo de complementar a formação teórica adquirida do referido Encontro de Quadros. Enquanto assistência técnica de longa duração, a Assembleia da República assegura a presença de um técnico residente da área de informática junto da ANPGB e mantém a aposta na consolidação da língua portuguesa através da contratação de uma Leitora de Língua Portuguesa a exercer funções na ANPGB junto de Deputados e funcionários parlamentares.

De referir ainda a execução de um conjunto de atividades que resultam de uma parceria estabelecida entre o PNUD e a Assembleia da República com vista à execução de missões que promovam e consolidem o normal funcionamento da instituição parlamentar.

Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP)

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar 2010-2012 merece destaque a **assinatura do relatório de avaliação intercalar**. Constatou-se que mais de dois terços das ações programadas já tinham sido concretizados. A experiência adquirida permitiu concluir que o processo em curso deve ser continuado e, se necessário, sujeito a ligeiras adaptações que irão depender da evolução em cada um dos Projetos, mas também da capacidade financeira e humana da ARP e da ANSTP.

Em julho de 2012, uma missão da Assembleia da República deslocou-se à ANSTP com o objetivo de realizar o **I Seminário sobre a Tramitação e Gestão do Processo**

Legislativo na Perspetiva de Boas Práticas, no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Parlamentar Luso-Santomense 2010/2012.

A Delegação da Assembleia da República integrou o Deputado António Filipe (PCP), Vice-Presidente da Assembleia da República, e os funcionários parlamentares Luisa Veiga Simão e Luís Martins, respetivamente da Divisão de Apoio às Comissões e da Divisão de Apoio ao



Plenário. Por parte da ANSTP foram oradores Salustino Andrade, Diretor de Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação, e os consultores Nelson Lombá Fernandes e José Luís de Jesus.

Globalmente, tratou-se de um Seminário muito participado por parte dos Deputados e funcionários presentes, tendo sido colocadas diversas questões, que foram mesmo para além da temática programada e que deram conta do grande interesse que a ANSTP mantém neste intercâmbio de experiências,

Assembleia da República de Moçambique (ARM)

Ao abrigo do Protocolo de Cooperação celebrado entre os Parlamentos de Portugal e de Moçambique, em **setembro de 2011**, uma Delegação da **Comissão de Assuntos Sociais do Género e do Ambiente da Assembleia da República de Moçambique realizou uma visita a Portugal para aprofundar conhecimentos nas áreas do apoio a idosos e questões de género**. Ao nível parlamentar reuniu com a Comissão de Segurança Social e Trabalho e com Deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. A visita incluiu reuniões com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade, o Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a Direcção-Geral da Segurança Social, além de encontros com a União das

Misericórdias de Portugal, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e visitas a estruturas de apoio à 3.ª Idade.

Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)

No quadro da cooperação parlamentar estabelecido com o PNTL, desenvolveram-se várias importantes atividades ao abrigo do Programa de Cooperação em vigor, o qual terminará em dezembro deste ano. Destaca-se a presença continuada em Díli de um Quadro Superior do Parlamento português a exercer funções junto do Parlamento Nacional, na qualidade de Encarregada de Missão, com o propósito de promover, dinamizar e acompanhar as ações no âmbito da cooperação técnica parlamentar luso-timorense. Deve ainda salientar-se a presença contínua de uma Leitora de Língua Portuguesa, contratada pela Assembleia da República, a qual exerce funções no Parlamento Timorense, em regime de exclusividade, para ministrar aulas de Língua Portuguesa a Deputados e a Funcionários.

A cooperação parlamentar que a Assembleia da República promove e desenvolve, quer no âmbito bilateral quer em parceria com outras instituições parlamentares e organizações internacionais, baseia-se na firme convicção de que os Parlamentos, enquanto órgãos de soberania desempenham um papel crucial no aprofundamento da democracia e no incentivo à participação dos cidadãos no quadro da consolidação e da modernização do Estado de Direito.

São Tomé, 24 a 26 de setembro de 2012